

Sob o enfoque da Ecologia Organizacional: Análise do comportamento populacional das Instituições de Ensino Superior no Estado do Mato Grosso

RESUMO

Uns dos processos que integram a estratégia empresarial são como as organizações se proliferam e como os ambientes organizacionais motivam essas mudanças. A dinâmica do mundo organizacional não pode ser bem compreendido a partir da análise de uma organização única, porque o ambiente de cada organização é composta, principalmente, de outras organizações. A dinâmica de conjuntos de organizações e como esses conjuntos são normalmente ligados interferem no ambiente organizacional. Diferentes perspectivas teóricas abordam sobre a proliferação das organizações, sobre como as organizações crescem, se tornam numerosas e poderosas para atingir seus objetivos específicos e limitados. O presente estudo aborda sob o enfoque da Ecologia Organizacional a análise do comportamento populacional das Instituições de Ensino Superior no Estado do Mato Grosso: um estudo de caso. Os gestores tendem a se adaptar a nova contextualização, sendo pressionados a reverem seus métodos e processos. Assim, essa pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso do tipo seccional, se limitando ao estudo da realidade das instituições de ensino superior do Estado do Mato Grosso em determinado período de sua história. A pesquisa é de caráter quantitativo/exploratório, utilizando como meios de investigação a análise documental, bibliográficas e entrevista. Constatou-se que 46 municípios mato-grossenses são contemplados por Instituições de Ensino Superior presenciais, sendo 57 mantenedoras com 63 mantidas, destas 04 mantenedoras e mantidas são públicas. O estado conta ainda com a oferta de 852 cursos de graduação nas modalidades bacharelado, licenciatura, tecnológico e sequencial. Percebeu-se que o ritmo de crescimento do número de novas IES vem de existem reduzindo e, por outro lado existe o movimento de fusões e aquisições com a concentração das IES existentes.

Palavras chaves: ecologia organizacional; ambiente organizacional; instituições educacionais; estratégia.

1 INTRODUÇÃO

É inevitável observar que o mundo contemporâneo vem passando por inúmeras e intensas transformações e a única certeza que ainda pondera é a das mudanças, tais mudanças surgiram após a Revolução Industrial, quando as pessoas foram sendo agrupadas em empresas e conseqüentemente, migrando para cidades (NOGUEIRA, 2005), surgindo um número maior de necessidades a serem atendidas e conseqüentemente aumentando consideravelmente o número de organizações que se propõem a satisfazer essas necessidades, oferecendo os mais diversos produtos.

A existência de um elevado número de organizações e da grande diversidade das formas organizacionais deve-se ao fato destas buscarem atender às contingências ambientais através da diversificação, e não pela mudança adaptativa, conforme proposto pela teoria de contingências (DIAS, 2007). Aumentando a complexidade, fazendo com que os profissionais das áreas estratégicas das organizações tenham que reavaliar constantemente conceitos e estratégias, pois novos ambientes demandam decisões que precisam ser tomadas cada vez mais rapidamente e sob condições de consideráveis incertezas (SANTOS, apud Dias, 2007).

Nesse sentido a ecologia organizacional analisa um nível habitualmente ignorado na teoria organizacional, isto é, o das populações de organizações (CUNHA; FERREIRA, 2011).

Saconato Neto e Truzzi (2002) fazendo um contexto histórico dos estudos organizacionais afirmam que eles têm origem nos escritos de pensadores do século XIX, como Saint-Simon, que buscaram interpretar as transformações ideológicas e estruturais com o surgimento do capitalismo industrial (REED, 1998). Apontam que as análises organizacionais ganham impulso na segunda metade do século XIX, com obras de autores clássicos, como Adam Smith, Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber, entre outros. Afirmam ainda que a preocupação desses pensadores estavam voltados para questões da mudança das bases das organizações dentro da sociedade, com a crescente industrialização e suas conseqüências com relação à natureza do trabalho.

Com o impulso da industrialização norte-americana e inglesa, os estudos organizacionais ganharam um conjunto de abordagens que foram das análises práticas e operacionais dos problemas encontrados pelos gerentes nas organizações (Taylor, Fayol e Barnard) para a riqueza dos estudos organizacionais (Hatch, Reed e Burrell e Morgan) por meio de grandes referências teóricas ou metateorias.

A teoria organizacional evoluiu em quatro grandes perspectivas – clássica, moderna, simbólico interpretativa e pós-moderna (modelo de REED, 1998), a metateoria é entendida por meio de temas como racionalidade, integração, mercado, poder, conhecimento e justiça. Na perspectiva de Burrell e Morgan (1979), a análise organizacional pode ser melhor compreendida por meio de quatro paradigmas: funcionalista, interpretativo, humanismo radical e estruturalismo radical (SACONATO NETO; TRUZZI, 2002).

Bataglia *et al.* (2008) citando Hatch (1997) afirma que há dois períodos de intenso desenvolvimento teórico no sentido de compreender a relação entre organização e ambiente. O primeiro ocorreu quando o conceito de ambiente foi introduzido na análise organizacional a partir das ideias da teoria dos sistemas (entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960). Antes disto, a organização era concebida como um sistema fechado. No segundo período o ambiente é assumidamente influente, e o interesse está focado nos caminhos que esta influencia opera (iniciou no final da década de 1960 e continua até hoje).

Para Saconato Neto e Truzzi (2002) atualmente, é grande o interesse da sociologia econômica, economia e dos estudos organizacionais, a respeito das relações dos atores econômicos e os impactos no comportamento, no desempenho, na forma de governança, nos recursos, na estratégia e na população de organizações (UZZI, 1996; GRANOVETTER, 1985; WILLAMSON, 1996; PFEFFER & SALANCIK, 1982; POWELL & DIMAGGIO, 1991; GULATI, NOHRIA & ZAHEER, 2000; HANNAN & FREEMAN, 1977).

Entretanto, a dependência de recursos trabalha no nível das interações ambientais e dos controles interorganizacionais; enquanto a ecologia das populações foca a população de organizações e os nichos ecológicos; a contingência estrutural foca os fatores ambientais que condicionam a forma organizacional; a nova economia institucional salienta os custos de transação e as formas de governança; e o novo institucionalismo trata de como as organizações surgem, tornam-se estáveis e como são transformadas.

Assim, o presente trabalho objetiva analisar o comportamento populacional das Instituições de Ensino Superior no Estado do Mato Grosso, sob a ótica da Ecologia Organizacional. Necessitando, portanto, de um melhor entendimento dos desdobramentos teóricos e práticos de tal atividade. Compreender o comportamento populacional das instituições educacionais de ensino superior no Estado Mato Grosso? A mudança na população das organizações se não for bem compreendida e trabalhada, afeta coercitivamente a gestão das organizações. Quando falamos em instituições educacionais temos este problema aumentado, pois os professores sob tal condição tender a externar, mesmo que assim não desejem estas preocupações para os alunos e estes por sua vez também sentem os reflexos de tal acontecimento, prejudicando a qualidade das aulas e, sobretudo do aprendizado.

Estudar a dinâmica de instituições educacionais e compreender as particularidades, os reflexos da mudança populacional em seus sistemas, poderá trazer um arcabouço de conhecimentos e contribuições para a ciência da administração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ecologia Organizacional

A organização começa a ser considerada como um "sistema aberto", com trocas e relações com seu ambiente e processamento de energia (Katz e Kahn, 1974), seguindo o modelo de comportamento biológico desenvolvido por Von Bertalanffy (1975).

No fim da década de 1970, a abordagem predominante na teoria de administração enfatizava a mudança adaptativa e voluntarista nas organizações. Nesta visão, quando os ambientes mudam, líderes ou coalizões dominantes nas organizações alteram características organizacionais para realinhar-se com as demandas ambientais. (CARVALHO, 2002).

Carvalho (2002) afirma que é nesta época que Hannan e Freeman, apresentaram a visão da Ecologia Organizacional em seu artigo dessa teoria, "The Population Ecology of Organizations" eles afirmam que as análises mais tradicionais na TO - adaptacionistas e voluntaristas - eram parciais e incompletas. Para lidar com essas limitações eles partiram de duas diferentes estruturas analíticas:

- a) a da teoria econômica da firma em mercados competitivos, que enfoca as consequências de ações simultâneas dos diversos "atores" (firmas) num mercado em competição (com a limitação de que as firmas são racionais, atores unitários, com um amplo leque de comportamentos possíveis).

- b) os modelos da ecologia populacional que buscam explicar como os processos de seleção moldam a adaptação - ao nível populacional - às variações ambientais. Sob esse enfoque os atores têm repertórios limitados de ação, dada sua racionalidade limitada e o alto nível de inércia estrutural dos elementos (organizações).

Bataglia *et al.* (2008) assumem que as organizações nascem e morrem em função da sua capacidade de adaptação ao processo de seleção do ambiente onde atuam. As organizações são afetadas por seu ambiente de acordo com os modelos pelos quais seus gestores formulam estratégias, tomam decisões e as implementam. A ecologia populacional procura explicar como as condições políticas, econômicas e sociais afetam a relativa abundância e diversidade de tipos organizacionais, e tenta justificar a composição mutante das organizações ao longo do tempo (BAUM, 1996).

Bataglia *et al.* (2008) afirma ainda que para Hannan e Freeman (1977) uma população organizacional é compreendida, similarmente à noção de espécie da biologia, como um agregado de firmas que têm a mesma forma organizacional. Para esses autores, a forma organizacional é definida como o conjunto de instruções para constituição de determinado tipo de firma e para a condução da ação coletiva de seus componentes. Operacionalmente, pode ser definida a partir de quatro dimensões centrais: objetivos organizacionais, formas de autoridade, tecnologias e mercados (HANNAN; FREEMAN, 1984; RAO; SINGH, 1999).

No entanto, Hannan e Freeman (1984, p. 161) presumem que firmas que consigam sobreviver a mudanças em suas características centrais no curto prazo, teriam risco de fracasso declinante com o passar do tempo, uma vez que se restabeleceria a legitimidade organizacional. Os autores indicam dessa forma que as organizações poderiam superar os impactos negativos do curto prazo a partir da administração do processo de mudança.

Carroll e Hannan (1995) descrevem que o conceito de organização denota planejamento durável. Fundadores e membros geralmente desenham as empresas e associações para durar indefinidamente. Claro que as organizações não vivem para sempre, mais viver apenas um tempo muito curto. No entanto, as pessoas fazem investimentos na expectativa de que as organizações irão persistir. A Durabilidade planejada implica características sociais importantes.

Antes de considerar que as condições sociais engendram ou restringir o surgimento de novas populações organizacionais, devemos atentar para a questão de quando a população (e de forma correspondente) pode-se dizer que existe. Porque surgimento população é um processo, os observadores muitas vezes têm dificuldade em identificar pontos discretos de origem.(ALDRICH; RUEF, 2006)

Os fatores ambientais de eliminação seletiva associadas à fundação e fracasso organizacional podem ser agrupados em três blocos temáticos, segundo Bataglia (2008):

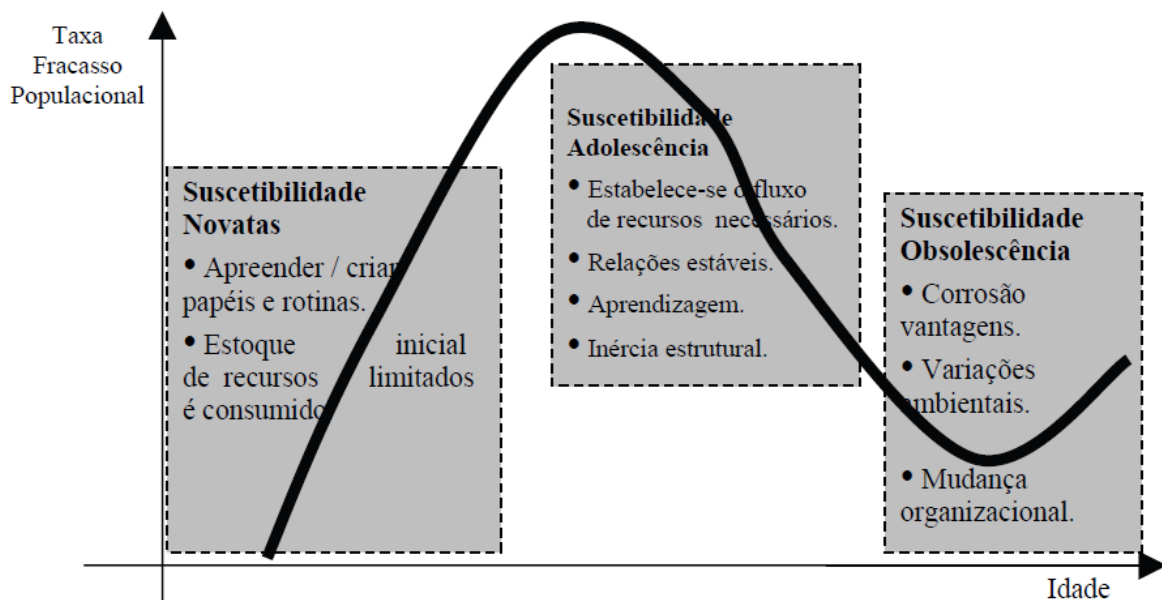
- I. processos demográficos;
- II. processos ecológicos; e,
- III. processos ambientais.

Processos demográficos: Agrupam-se os fatores ambientais de eliminação seletiva vinculados aos efeitos das características das firmas, como idade e tamanho, sobre as taxas de fracasso e fundação em uma população organizacional.

Com relação à influência da idade, a visão predominante é a de que organizações mais jovens têm propensão para apresentarem taxas mais altas de fracasso em função da necessidade de apreenderem novos papéis e criarem rotinas organizacionais. Pressões seletivas em ambientes estáveis favorecem organizações capazes de demonstrar que são confiáveis e têm justificação, o que exige alta capacidade de reprodutividade (FREEMAN; HANNAN, 1983).

As taxas de fracasso aumentam inicialmente, com o término dos recursos iniciais das novas firmas, e tendem a diminuir à medida que se ganha confiabilidade e justificação (FISCHMAN; LEVINTHAL, 1991). Esse fenômeno é conhecido como a suscetibilidade da adolescência. À medida que o alinhamento com o ambiente se desfaz em função de variações externas, aumenta novamente a taxa de fracassos organizacionais. Esse fenômeno é chamado de suscetibilidade da obsolescência (INGRAM, 1993). Os efeitos da idade em ambientes estáveis são sintetizados na Figura 1 a seguir.

Ilustração 01: Efeitos da Idade na Demografia em Ambientes Estáveis



Fonte: (BATAGLIA, 2008)

Processos Ecológicos: são os que se referem à influência do dinamismo ambiental e da dinâmica intra e inter populacional nas taxas de fundação e fracasso das populações.

Em ambientes estáveis, as firmas buscam uma forma organizacional otimizada para atendimento das demandas ambientais, tornando-se especialistas. Por outro lado em ambientes dinâmicos, as variações externas tendem a diminuir a capacidade de alinhamento da forma organizacional com o ambiente, ampliando o risco de fracasso com o aumento da idade e do tamanho (BATAGLIA, 2008).

Para atuar nesse ambiente, as firmas utilizam duas possíveis estratégias segundo Bataglia (2008). A primeira estratégia para ambientes dinâmicos, estratégia generalista, consiste na busca de uma forma organizacional geral que não seja otimamente adaptada a nenhuma configuração ambiental especial, mas ótima em relação ao conjunto total das configurações possíveis. Assim, as organizações tornam-se generalistas (FREEMAN; HANNAN, 1983).

A segunda estratégia para ambientes dinâmicos, estratégia especialista, consiste em otimizar a forma organizacional para atender a uma estreita faixa de configurações ambientais. Essa estratégia é favorecida em ambiente que apresentem alta frequência de variações (HANNAN; FREEMAN, 1977). Esses ambientes são denominados refinados.

Processos Ambientais: são os fatores de eliminação seletiva associados aos níveis institucional e tecnológico que influenciam as taxas de fundação e fracasso em populações organizacionais. Os fatores vinculados ao ambiente institucional prendem-se à conformidade institucional. A turbulência política afeta os alinhamentos sociais a partir do rompimento das relações estabelecidas e liberação de recursos para novas firmas (CARROLL, 1983). A regulamentação governamental, por exemplo, pode estimular a demanda, regular a competição e proporcionar subsídios (BARNETT; CARROLL, 1993).

O ambiente institucional constitui o contexto social mais amplo para a ocorrência de processos ecológicos: o ambiente institucional pode prescrever o critério de seleção ambiental para julgar se uma organização ou população inteira deve ou não sobreviver” (BAUM, 1996, p. 162).

Carvalho (2002) aponta as cinco diferentes linhas de teoria e pesquisa no âmbito da Teoria da Ecologia Organizacional identificadas por Freeman e Hannan (1988):

- 1) Densidade populacional: examina a competição entre populações de organizações interagentes usando variações do modelo de biologia matemática de Lotka-Volterra que afirma que o crescimento no número de indivíduos numa população, faz decrescer as taxas de natalidade e crescer as de mortalidade e estes efeitos são aproximadamente lineares.
- 2) Idade das organizações: analisa os efeitos da prematuridade, da suscetibilidade da adolescência, da suscetibilidade do envelhecimento e suscetibilidade do pequeno tamanho.
- 3) Turbulência ambiental: os estudos analisam as taxas de mortalidade durante períodos de turbulência política e revoluções, mudanças técnicas em indústrias, mudanças legais e na regulamentação governamental
- 4) Generalismo e especialismo: analisa as vantagens e desvantagens das estratégias generalistas, e especialistas.
- 5) Interações entre populações: estuda os efeitos da competição dentro e entre populações de organizações sobre as taxas de nascimento e mortalidade organizacional.

2.2 Algumas peculiaridades do Ensino Superior no Brasil

Com o advento da Constituição de 1988, houve uma minuciosa estruturação em nosso até então federalismo educacional, demarcando-se de forma pormenorizada as competências das políticas internas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios (NEIVA, 2006, p.59 e 60):

Art. 18. A organização politico-administrativa da Republica Federativa do Brasil compreende a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos autônomos, nos termos desta constituição.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XIV – diretrizes e bases da educação nacional;

Art. 23. É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e a ciência;

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

III – (...) coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional

II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Neiva (2006) aponta os enunciados constitucionais que conduzem à seguinte linha de raciocínio:

- a) a Constituição assegura à iniciativa privada o direito de atuar na oferta do ensino superior, na qualidade de Mantenedor, devendo, nessa qualidade, submeter-se aos princípios e regras que a atuação dos agentes econômicos.
- b) Para atuar no ensino superior, a organização privada mantenedora de instituição de ensino superior precisa obter prévia autorização do estado, que não a pode negar se preenchidos os requisitos de lei, pois não se trata de concessão ou permissão de serviço público, mas de licença para se estabelecer com o fim de atuar no campo do ensino.
- c) A instituição de ensino superior mantida por organização privada necessita obedecer as diretrizes e bases ou normas gerais sobre essa modalidade de ensino.
- d) No caso da iniciativa privada, as sanções definidas em leis e aplicáveis pelos órgãos competentes do Estado fiscalizador, se desdobram em duas vertentes: as que dizem respeito à organização privada em si mesmo (agente econômico) e as que se dirigem à instituição mantida (agente de ensino);
- e) Qualquer que seja a sanção, incidente sobre a mantenedora ou sobre a mantida, nenhuma delas pode atingir o aluno, o alvo do ensino recebido mediante prévia autorização do Estado.

3 DESENHO DO ESTUDO

O objetivo deste estudo foi analisar o comportamento populacional das Instituições de Ensino Superior no Estado do Mato Grosso, sob o enfoque da Ecologia Organizacional. Para tanto partimos de uma filosofia da ciência interpretativista, segundo a qual a interpretação opõe-se ao funcionalismo através da afirmação de que o conhecimento não estaria calcado no objeto, mas no sujeito. A realidade, portanto não seria um dado concreto, passível de apreensão pelo pesquisador.

A perspectiva interpretativista enfatiza a importância dos significados subjetivos e sociopolíticos, assim como ações simbólicas na forma como as pessoas constroem e reconstróem sua própria realidade. A realidade é reproduzida por meio de interações sociais; ela não é algo “dado”, à espera de uma descoberta. Com isso, a epistemologia interpretativista

é construtivista, supondo que todo o nosso conhecimento sobre a realidade depende das práticas humanas e é construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo no qual vivemos, sendo transmitido em um contexto social (ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991; WALSHAM, 1993, apud SACOL, 2009).

Para efeito da construção do desenho de pesquisa, abordaremos o desenho de pesquisa sob a vertente da Pesquisa de Variância, seguindo os pressupostos apontados por Van de Vem (2007):

A questão de pesquisa desse estudo é: Se as alterações na população de organizações afeta coercitivamente a gestão organizacional, então as Instituições de Ensino Superior do Estado do Mato Grosso sofrerão os efeitos dessa alteração da população. A pesquisa será conduzida sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, no caso mais específico o MEC, sob esse ponto de vista a unidade de análise serão as Instituições de Ensino Superior e a unidade de observação serão as alterações populacionais.

A relação causal para o modelo em questão é a seguinte: se população de organizações afeta o ambiente organizacional, então as Instituições de Ensino Superior sofrem os efeitos desta alteração? Examinaremos a causalidade da seguinte maneira:

- O aumento populacional afeta negativamente o ambiente organizacional das IES em estudo?
- O aumento populacional afeta negativamente a suscetibilidade das IES novatas?

O desenho experimental da pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso de caráter não experimental. Os fatores estranhos nos estudos não experimentais serão considerados como desvio de padrão e, neste caso, podem se tornar objetos de pesquisa, ou são descartados. A população de estudo são as IES no MT. A amostra foi composta das IES listadas no E-Mec-Sistema de Regulação do Ensino Superior.

Para medir as variáveis foram utilizados os dados do Sistema E-Mec, onde foram coletados os dados das Mantenedoras de Ensino, data de criação, dados da IES, como o número de cursos, local de oferta, modalidade de oferta.

Os dados foram obtidos por meio de levantamento de dados secundários que serviram de subsídios, para o levantamento de informação por meio de dados primários..

Como o projeto é um estudo de caso não experimental, a validade externa fica comprometida, pois não permite a generalização. A validade interna está relacionada a aceitabilidade dos resultados.

Van de Vem (2007) apresenta uma proposta de avaliação da relevância com os seguintes parâmetros: relação com a pesquisa básica informada; pesquisa colaborativa; desenho e avaliação da pesquisa e ações e intervenções da pesquisa.

a) **Quanto a pesquisa básica informada:** As IES serão contatadas e participarão da pesquisa voluntariamente e, em caso de concordância assinarão o termo de autorização. Van de Ven (2007) afirma que o pesquisador mantém a autoridade e controle sobre o seu estudo, mas recebe retorno/conselhos de patrocinadores organizacionais e mentores da Universidade. Existe um entendimento informal que o pesquisador irá compartilhar os dados da pesquisa com os patrocinadores. Nesse sentido, serão enviados relatórios técnicos para os participantes da pesquisa.

b) **Quanto a pesquisa colaborativa:** A intenção é associar a parte teórica da academia com a prática obtida em campo, em uma colaboração de ambas as

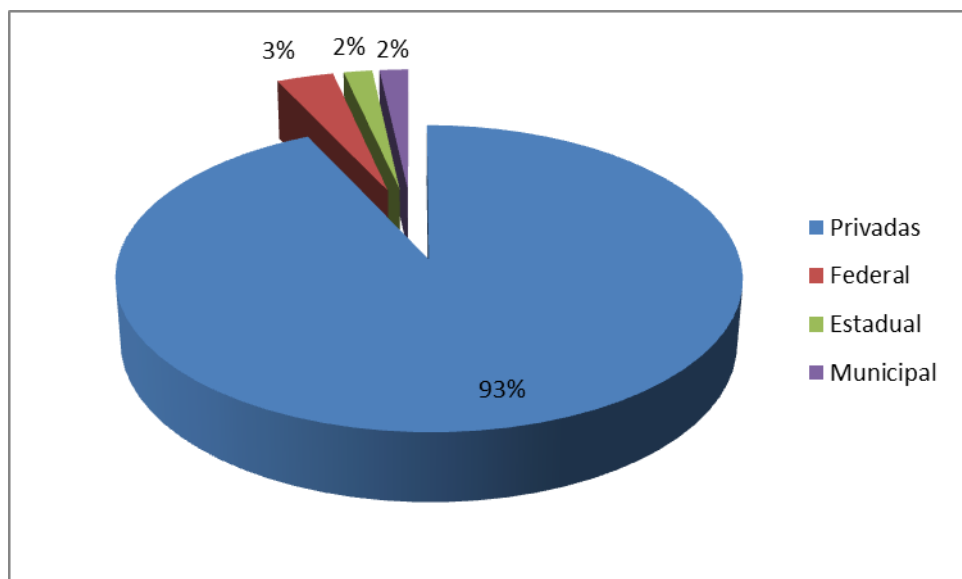
partes. Para Van de Ven (2007) os stakeholders tendem a apreciar a experiência especial de pesquisadores acadêmicos em trazer ideias relevantes teorias e casos a configuração estudada. Proporcionar oportunidades para que os entrevistados e os stakeholders tenham acesso aos objetivos da pesquisa, participem do processo de construção dos instrumentos de coleta de dados, cumpre o propósito se ter uma pesquisa colaborativa.

- c) **Quanto ao desenho e avaliação da pesquisa:** A missão principal da ciência do projeto é desenvolver o conhecimento que pode ser usado por stakeholders para projetar soluções para seus problemas reais (Van de Ven, 2007). Nesse sentido o desenho e avaliação da pesquisa proposta nesse trabalho é o de trazer conhecimento a respeito dos efeitos na população organizacional. Compreender a natureza e as causas dos problemas pode ser uma grande ajuda na elaboração de soluções.
- d) **Quanto às intervenções da pesquisa:** Van de Ven (2007) afirma que normalmente, essa abordagem intervencionista requer interação intensiva, treinamento e consultoria do pesquisador com as pessoas no ambiente do cliente. Além disso, desde que aplicadas questões de design e intervenção normalmente dependem de saber as respostas às perguntas básicas da descrição e explicação, é importante apreciar as interdependências temporais no desenvolvimento do conhecimento sobre estas questões de investigação.

4. O CASO EM ESTUDO

De acordo com o INEP (2013) no Estado do Mato Grosso 63 municípios contam com Instituições de Ensino Superior, sendo 46 municípios contemplados com Instituições de Ensino Superior na modalidade de ensino presencial. São 57 mantenedoras e 63 mantidas. Dessas mantenedoras temos 53 particulares e 04 públicas, sendo 02 Federais (UFMT – Universidade Federal do Matogrosso e IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso); 01 Estadual (UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso) e, 01 Municipal (UNINOVA – União de Ensino Superior de Nova Mutum), conforme Ilustração 02.

Ilustração 02 – Distribuição das Mantenedoras de Ensino Superior no MT

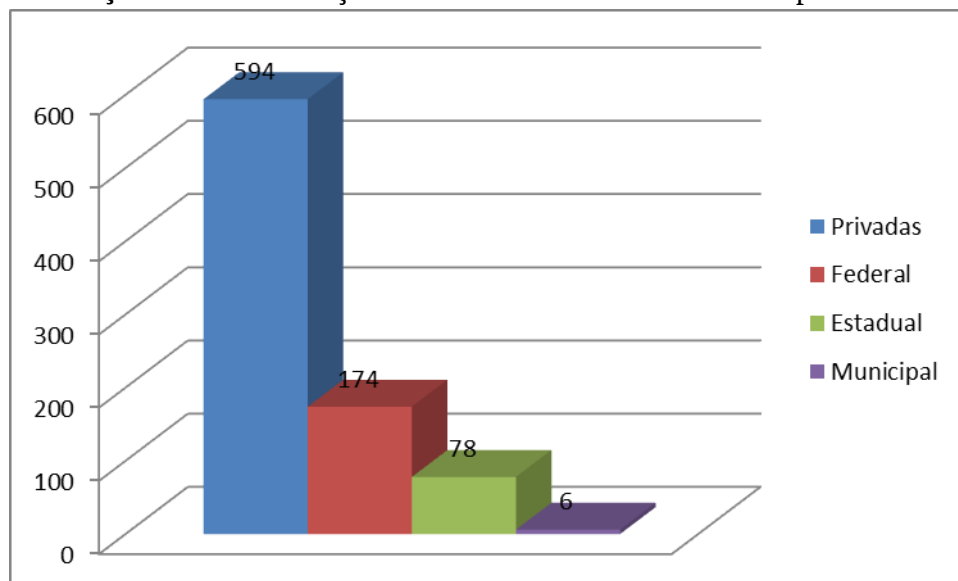


Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que a grande maioria 93% das IES no Estado do Mato Grosso são IES particulares, 3% são IES Federais, 2% são IES Estaduais e também 2% são IES municipais.

Em relação aos cursos ofertados pelas IES no estado, conforme a Ilustração 03, dos 852 cursos ofertados no Mato Grosso, aproximadamente 70% são ofertados por IES Particulares, aproximadamente 20% são ofertados por IES Federais, aproximadamente 9% por IES Estaduais e menos de 1% são ofertados por IES Municipais.

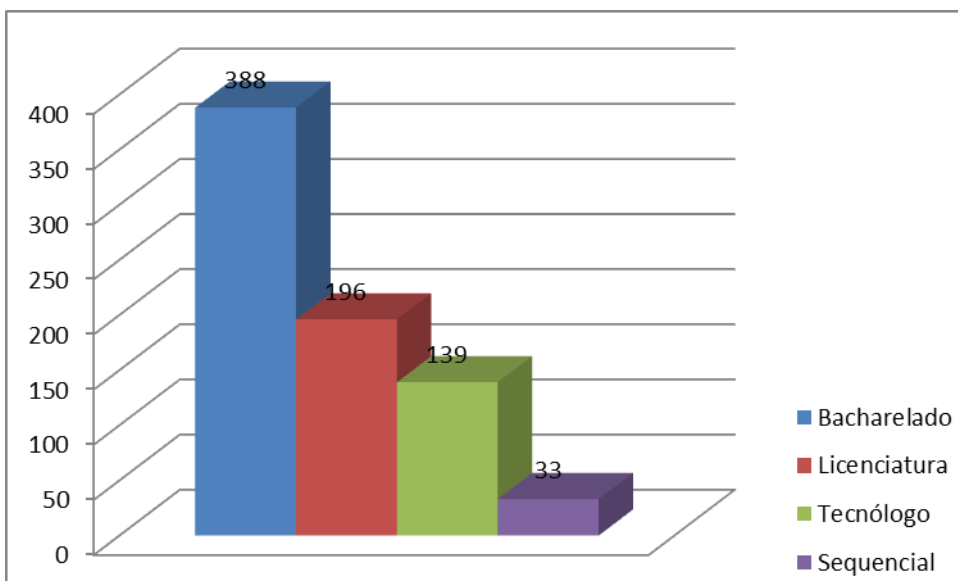
Ilustração 03 – Distribuição das Mantenedoras de Ensino Superior no MT



Fonte: dados da pesquisa

Continuando a análise dos cursos ofertados, dos 752 cursos ofertados pelas IES no estado, conforme a Ilustração 04, aproximadamente 52% são cursos de bacharelado, aproximadamente 26% são cursos de licenciatura, aproximadamente 19% são cursos de tecnologia e aproximadamente 4% são cursos sequenciais.

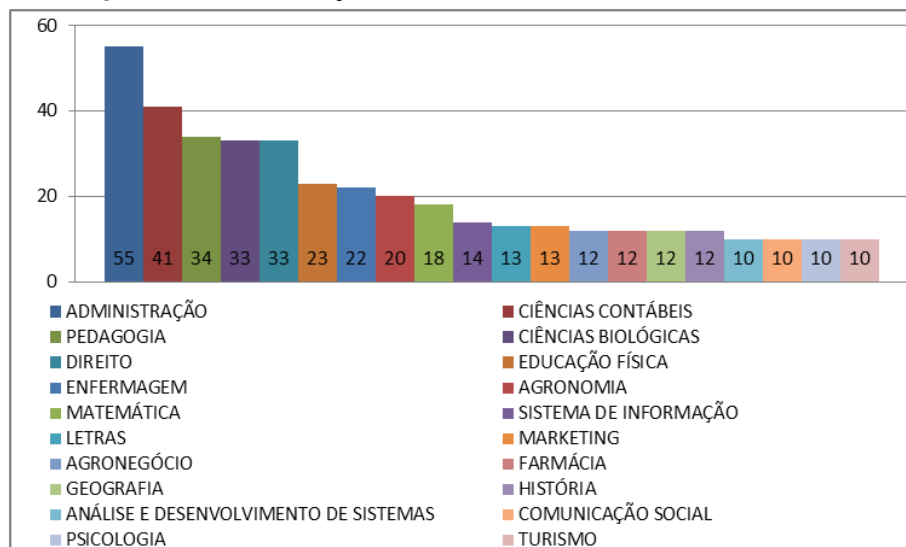
Ilustração 04 – Distribuição dos cursos ofertados em relação ao tipo



Fonte: dados da pesquisa

Na Ilustração 05, temos os vinte cursos mais ofertados pelas IES no estado. Como curso mais ofertado temos o curso de Administração com aproximadamente 7%, em seguida temos o curso de Ciências Contábeis e Pedagogia com aproximadamente 5%, os cursos de Ciências Biológicas e Direito com aproximadamente 4%, os cursos de Educação Física, Enfermagem e Agronomia com 3%, os cursos de Matemática, Sistema de Informação, Letras, Marketing, Agronegócio, Farmácia, Geografia e História com 2% e finalmente os cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Comunicação Social, Psicologia e Turismo com 1% das ofertas.

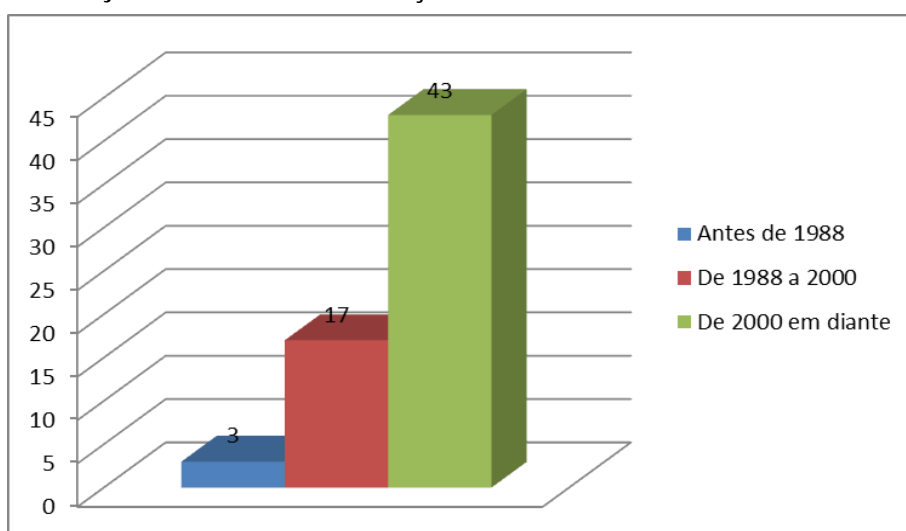
Ilustração 05 – Distribuição dos cursos mais ofertados



Fonte: dados da pesquisa

Na Ilustração 06, temos o agrupamento das IES por período de criação. Percebe-se que antes de 1988, data da promulgação da no Constituição Federal que permitiu a entrada no mercado das IES particulares, existiam no estado somente as IES Federais (02) e uma IES Estadual, após o advento da promulgação da no Constituição Federal até o ano de 2000, houve um aumento de mais 17 IES particulares e, após o ano de 2000, até a data de hoje (vale lembrar que a última IES criada fora em 15/04/2013) mais 43 IES foram criadas, sendo uma IES Municipal e 42 IES particulares.

Ilustração 06 – Período de criação da IES



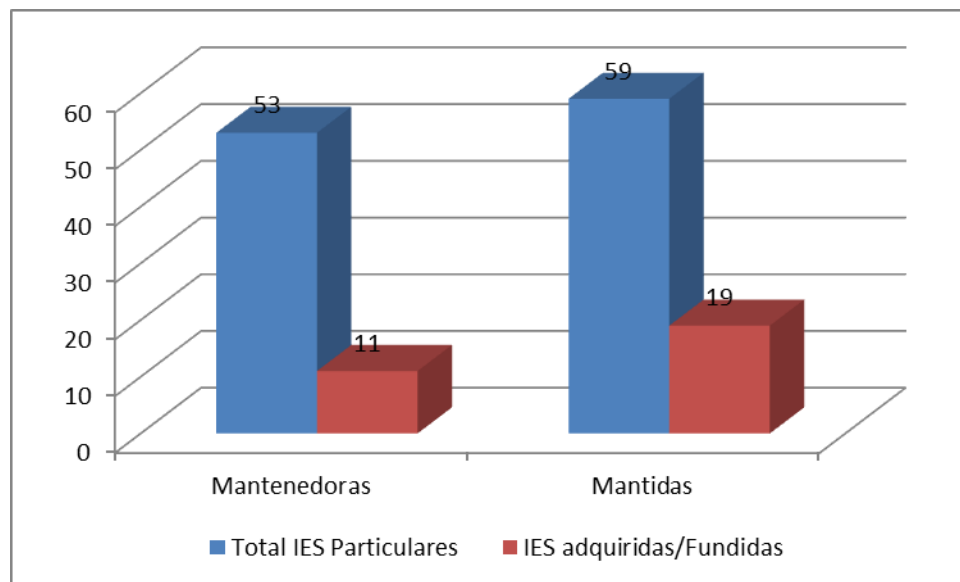
Fonte: dados da pesquisa

Constata-se também que o nível de crescimento do mercado está sofrendo uma redução, pois no período de 1999 a 2003 tivemos a abertura de 20 IES, do ano de 2004 a 2008 tivemos a abertura de 19 IES e, finalmente do ano de 2009 a 2013 tivemos a abertura de 8 IES. Isso sem levarmos em conta os dados que veremos a seguir.

Na Ilustração 07, constata-se uma nova característica acontecendo no mercado, ou seja, embora ainda esteja em crescimento, está havendo uma concentração de IES, são IES maiores, em sua grande maioria pertencentes a grandes grupos que estão adquirindo ou fundindo-se a outras IES.

O número de Mantenedoras que até então era de 53, se descontarmos as que se fundiram ou foram adquiridas passa a ser 42, ou seja, uma redução de aproximadamente 21%. Em relação ao número de mantidas, o nível de concentração fora ainda maior, ou seja, o número que era de 59, se descontarmos as 19 fundidas ou adquiridas, temos 40, uma redução de aproximadamente 32%.

Ilustração 07 – Total de IES em relação às IES adquiridas/Fundidas



Fonte: dados da pesquisa

Embora não tenha evidências, pode-se inferir que o aumento da população de IES no estado do Mato Grosso atingiu o seu nível maior nível e corroborando o que Carvalho (2002) comenta ao apontar uma das cinco diferentes linhas de teoria e pesquisa no âmbito da Teoria da Ecologia Organizacional identificadas por Freeman e Hannan (1988): a *Densidade populacional*, usando variações do modelo de biologia matemática de Lotka-Volterra que afirma que o crescimento no número de indivíduos numa população, faz decrescer as taxas de natalidade e crescer as de mortalidade e estes efeitos são aproximadamente lineares.

No caso em questão não temos dados de mortalidade, mas temos um número de fusões e aquisições, o que podemos entender que essas empresas não tinham como competir e acabaram sem adquiridas ou fundidas.

Por outro lado fica bem claro que a ação do governo no mercado, através da promulgação da Constituição Federal de 1988, interferiu na ecologia organizacional, levando a entrada no mercado das IES particulares, e estas por sua vez tiveram um aumento vertiginoso em sua população. Corroborando os preceitos de Bataglia *et al.* (2008) que afirma que as organizações nascem e morrem em função da sua capacidade de adaptação ao processo

de seleção do ambiente onde atuam. E que a ecologia populacional procura explicar como as condições políticas, econômicas e sociais afetam a relativa abundância e diversidade de tipos organizacionais, e tenta justificar a composição mutante das organizações ao longo do tempo (BAUM, 1996).

Nesse sentido, fica ainda mais evidente a afirmação de Barnett e Carroll (1993) de que a regulamentação governamental, por exemplo, pode estimular a demanda, regular a competição e proporcionar subsídios.

6. Considerações finais

A população das IES no Estado do Mato Grosso, se deu em grande ênfase a partir da mudança da regulamentação por parte do Governo, promulgando a Constituição Federal de 1988, saindo de 03 IES públicas em 69 anos (1909 – IFMT, UFMT 1970 e UNEMAT em 1978), para 20 IES no ano de 2000, sendo 03 IES públicas e 17 IES privadas. Chegando no ano de 2013 a 63 IES, sendo 04 IES públicas e 59 IES privadas.

Percebe-se que o ritmo de crescimento do mercado tem desacelerado fortemente, isso pode denotar que o mercado está ficando saturado. Além disso, a partir de 2004 surge inicia-se um novo comportamento no mercado, um processo inverso ao crescimento, o das fusões e aquisições.

Nesse último período houve uma concentração de 21% das mantenedoras e 32% nas mantidas, reflexos das fusões e aquisições.

O grande crescimento da população de IES no Mato Grosso se deu em virtude quase que exclusivamente por meio das IES particulares, sendo que nesse período de análise apenas uma instituição municipal fora criada.

Não pode-se concluir, mas podemos inferir que o aumento populacional das IES afetou a suscetibilidade das IES novatas, pois com a redução do número de entrantes e o surgimento das fusões e aquisições demonstram a saturação desse mercado.

Pode-se também inferir que o aumento populacional afetou negativamente o ambiente organizacional, pois como afirmamos acima, a redução no número de entrantes e o movimento de fusões e aquisições apontam que esse ambiente não está mais tão tranquilo.

7. Apontamentos de futuros estudos

Seria muito relevante, estudos futuros abordarem a questão da concentração do mercado, suas consequências na concorrência, nos preços das mensalidades, na oferta de empregos.

Analisar a questão da motivação e satisfação dos alunos, funcionários e professores das instituições adquiridas e ou fundidas.

Analisar a percepção da sociedade a cerca desse movimento de fusões e aquisições.

Surge uma preocupação, quando olhamos um crescimento muito acelerado, como fica a questão da qualidade do ensino ofertado, seria interessante que estudos futuros abordassem a questão da qualidade do ensino e, até mesmo fazer um paralelo entre crescimento e qualidade.

8 Referências Bibliográficas

ALDRICH, H. E.; RUEF, M. **Emergence of Populations of Organizations**. Organizations Evolving. London ed., p.178 a 239, 2006. SAGE Publications Ltd.

BATAGLIA, W. **Ecologia Populacional e Economia Evolucionária: Rumo a um Modelo Integrativo**. Enampad, , n. XXXII, p. 1–16, 2008.

BATAGLIA, W.; MEIRELLES, D. S. E; BARRELLA, F. P. **Rumo a um Modelo Integrativo entre a Ecologia Organizacional e a Economia Evolucionária**. Anpad, p. 1–16, 2008. Disponível em: <www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/.../2008_EORA582.pdf>. .

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

CARROLL, G. R.; HANNAN, M. T. **Organizations in industry** - Strategy, Structure, and Selection. Theoretical Issues in Studyng Organizations. p.16 a 32, 1995. New York: Oxford.

CARVALHO, L. F. N. **"Ecologia Organizacional e Estratégia Empresarial: Uma proposta para integração de**. Anpad, p. 1–15, 2002. Disponível em: <www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/.../2002_ESO1903.pdf>. .

CHANLAT, Jean Francois. (Coord). **Indivíduo na organização**, O, v.3 : dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996

CUNHA, A. J. M.; FERREIRA, M. A. T. **Transferência de conhecimento em empresas multinacionais estudo de caso na indústria de papel**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 16, n.4, o, p. 95–118, 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1305>>. .

DIAS, L. R. DA. **Ecologia organizacional e o ótimo de Pareto: ensaio sobre a formação do ecossistema em equilíbrio**. Perspectivas Contenporâneas, v. 2, n. 1, p. 41–58, 2007.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2013.

KATZ, Daniel; KAHN, Robert L. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1974.

LIMA, Luiz Antonio de. **A Representação das Múltiplas Dimensões Paradigmáticas no Estudo da Administração**: um Ensaio sobre os Limites Contidos nas Defesas Paradigmáticas Excludentes. RAC, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 2,

MOURA, José Adersino Alves de. **O método positivista nas ciências sociais**: o viés na história da educação. GT 11 - História, Memória e Educação - UFPI/UESPI. 2004. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT29.PDF>>. Acesso em março de 2013.

NEIVA, C. C. **Temas atuais de educação superior**: proposições para estimular a investigação e a inovação. Brasília: ABMES, 2006.

SACCOL, Amarolinda Zanela. **Um retorno ao básico**: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago. 2009.

SACONATO NETO, M.; TRUZZI, O. M. S. **Perspectivas contemporâneas em análise organizacional**. Gestão & Produção, v. 9, n. 1, p. 32-44, 2002.

VAN de VEN, A. H. (2007). **Engaged Scholarship**: creating knowledge for science and practice. (O. U. Press, Ed.) (p. 343). New York.

VAN de VEN, A. H. ; POOLE, M. S. (1990). **Methods for studying innovation development in the minnesota innovation research program**. INFORMS, 1(3), 313-335. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2635008>